

DIVISÕES NOS SENTIDOS DE 'MULHER': ARGUMENTAÇÃO, ENUNCIÇÃO E POLÍTICO

Divisions in the Meanings of 'Woman': Argumentation, Enunciation, and Politics

DOI: 10.14393/LL63-v36n1-2020-6

Renata Ortiz Brandão*

RESUMO: Este trabalho apresenta uma análise semântico-argumentativa da palavra *mulher* em materialidades enunciativas distintas: 1) o dizer da senadora do PSL Soraya Thronicke, presidente do grupo PSL Mulher, e 2) o dizer da Rede NAMI, uma ONG formada por grafiteiras que propõe ações para o combate da violência de gênero e para o desenvolvimento do protagonismo social da mulher. O objetivo é refletir sobre o político no funcionamento da linguagem, a partir de uma posição materialista, e compreender as divisões de sentido na tomada da palavra, que se dá no confronto entre os diferentes lugares a partir dos quais os falantes são agenciados a dizer, bem como entre filiações a posições ideológicas distintas. Ao analisar a distribuição desigual entre os modos de dizer da/sobre a mulher, lançamos luz para o embate entre os sentidos produzidos pela normatividade e pelos movimentos sociais de resistência, como a Rede NAMI.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Divisão política dos sentidos. Argumentação. Semântica da Enunciação. Resistência.

ABSTRACT: This article reports on a semantic-argumentative analysis of the Portuguese-language word *mulher* [woman] in different enunciative materialities: 1) in the utterances of Soraya Thronicke, a senator from PSL (a far right political party) and president of the group *PSL Mulher*, and 2) in the utterances of *Rede NAMI*, a NGO of female graffiti artists which proposes actions for fighting against gender-based violence and fomenting the social leadership of women. The aim is to reflect upon the political functioning of language from a materialistic perspective and understand the different meanings of the word in function of the dispute between the speakers' different social places and their filiations to distinct ideological positions. By analyzing the unequal distribution of the ways of saying of/about women, we shed light on the opposition between the normativity-driven meanings and those produced by social movements of resistance, such as *Rede NAMI*.

KEYWORDS: Women. Political division of meanings. Argumentation. Semantics of Enunciation. Resistance.

* Doutoranda em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestra em Linguística (IEL/UNICAMP). ORCID: 0000-0002-0530-237X. E-mail: renata.o.brandao(AT)gmail.com.

1 Introdução: argumentação sobre *mulher* em uma abordagem semântica materialista

Inscrevendo-se na reflexão desenvolvida pelo grupo de pesquisa *Linguagem, Enunciação, Discurso* (LED)¹, este trabalho² propõe realizar uma análise semântica da palavra *mulher* em materialidades enunciativas distintas: a primeira, parte de uma entrevista³ feita pelo UOL Universa à senadora Soraya Thronicke do PSL Mulher, publicada no dia 03 de junho de 2019. A congressista está em seu primeiro mandato pelo PSL (Partido Social Liberal), partido pelo qual foi eleito em 2018 o presidente Jair Bolsonaro, e foi escolhida pelo presidente da chapa, Luciano Bivar, para liderar o PSL Mulher - grupo que discute pautas e propõe projetos, alegadamente do interesse das mulheres da sociedade brasileira.

A segunda materialidade de análise é o texto de apresentação 1) da Rede NAMI⁴, uma ONG sem fins lucrativos e formada por mulheres, e de suas diretrizes e propostas; e 2) de um de seus projetos chamado *Graffiti pelo fim da violência contra a mulher*⁵, uma campanha educativa de divulgação da Lei Maria da Penha. A Rede NAMI surgiu em 2010 e tem como principal finalidade o uso da arte urbana “como veículo de transformação cultural”. Este grupo, dirigido pela artista de rua Panmela Castro, realiza diferentes projetos que unem grafite e discussões sobre gênero e sobre a promoção dos direitos das mulheres, especificamente lutando contra a violência doméstica e pela divulgação da Lei Maria da Penha.

A senadora Soraya Thronicke enuncia a partir de um lugar estabelecido institucionalmente, isto é, da governança pública: é do lugar social de senadora e presidente do PSL Mulher que ela fala; já o dizer do coletivo de mulheres da Rede NAMI se produz a

¹ O grupo *Linguagem, Enunciação, Discurso* (LED), coordenado pela Professora Dra. Sheila Elias de Oliveira (Departamento de Linguística/Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP) congrega pesquisadores nos domínios da Semântica da Enunciação, da História das Ideias Linguísticas e da Análise do Discurso, que trabalham sustentados em uma posição materialista sobre o funcionamento da linguagem e das línguas. O objetivo é ampliar a compreensão da significação nas línguas humanas e produzir análises de fatos de língua e linguagem que digam respeito à produção, à constituição e à circulação dos sentidos, tendo como foco o léxico na relação com a enunciação e o discurso.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

³ Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/06/03/presidente-do-psl-mulher-bolsonaro-e-um-doce-e-feminista-nao-diz-obrigada.htm>. Acesso em: 28 jul. 2019.

⁴ Disponível em <https://www.redenami.com/quem-somos>. Acesso em: 28 jul. 2019.

⁵ Disponível em: <https://www.redenami.com/xo-machismo>. Acesso em: 13 ago. 2019.

partir de um lugar que está fora dessa esfera institucional, ou seja, trata-se de um lugar não governamental: uma rede de mulheres grafiteiras da periferia do Rio de Janeiro.

Em uma perspectiva materialista sobre o funcionamento da linguagem, na qual nos ancoramos, a seleção, para uma análise semântico-argumentativa, de materialidades enunciativas produzidas a partir de lugares sociais distintos, e mesmo diametralmente opostos, que possivelmente constituiriam um “autêntico *diálogo de surdos*” (PÊCHEUX, 2014, p.24, grifos do autor)⁶, significa conceber como primado a não homogeneidade dos *corpora* contrastados. Assumimos assim que os enunciados são divididos, afetados pela alteridade, por sentidos outros que os perseguem, de modo que a contradição está sempre presente; ela é, portanto, constitutiva do dizer. É sempre em uma prática histórica e social que os sujeitos enunciam, de um modo tal que a tomada da palavra configura disputas por modos de dizer, e produz sentidos inscritos em relações díspares de dominância. As relações de sentido se estabelecem assim a partir de relações de força, que determinam o dizível e o silenciado, isto é, as possibilidades de dizer e de não dizer.

Nossa escolha por esses materiais de análise tem por objetivo, desse modo, lançar luz para o litígio dos sentidos da palavra *mulher*, entendida como um objeto de dizer dividido, cujos sentidos estão incessantemente em disputa. Interessa-nos, assim, a partir da análise de materialidades enunciativas antagônicas, mostrar as possibilidades de deriva e deslocamento dos sentidos de *mulher*, para além daqueles estabelecidos pela normatividade a partir de lugares institucionalizados, isto é, para além dos sentidos que se apresentam como evidentes, como certezas inquestionáveis – abrindo assim lugar para o equívoco, para sentidos outros.

Pensaremos as relações de sentido a partir da argumentação no quadro teórico-metodológico da Semântica da Enunciação, tal como vem sendo desenvolvida no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP pelo professor Eduardo Guimarães (2002, 2011), em um diálogo produtivo com a Análise de Discurso de filiação francesa, na linha de reflexão de Michel Pêcheux (1975, 1983), introduzida no Brasil por Eni Orlandi (1992, 1996). Isso significa conceber a argumentação a partir de uma perspectiva enunciativa sobre a linguagem

⁶ Segundo Pêcheux (2014, p. 24), os *diálogos de surdos* se estruturam por clivagens enunciativas do tipo “É X que... Não é X que... É Y”.

sustentada no materialismo histórico, levando em conta a Ideologia como constitutiva do sentido e dos sujeitos, a historicidade do acontecimento enunciativo e a divisão política das línguas. Entendemos, desse modo, que os sentidos são divididos e estão em incessante disputa, apresentando uma especificação tal que se constitui nas determinações sócio-históricas.

Para Guimarães (2002), enunciar é uma prática política, e o político, por sua vez, é “o fundamento das relações sociais, no que tem importância central a linguagem” (GUIMARÃES, 2002, p. 16). Nesse sentido, a enunciação, tomada aqui como um acontecimento, enquanto diferença na sua própria ordem, uma vez que instala sua própria temporalidade, é constituída pela disputa dos sentidos e por conflitos entre “*modos e direitos de dizer* desigualmente distribuídos” (ZOPPI FONTANA, 2015, p. 273, grifos da autora), o que aponta para o seu caráter político, isto é, não-natural, conflitual, dividido.

A argumentação existe exatamente porque a tomada da palavra se dá a partir de um litígio permanente, por uma disputa de lugares e de sentidos. Tal embate produz efeito sobre o real, isto é, sobre aquilo que faz sentido, sobre aquilo que pede para ser significado e nomeado, assim reconfigurando-o. O político, ou a política, para Guimarães (2002), é

(...) caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. (...) deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada. (GUIMARÃES, 2002, p. 16)

Em uma posição materialista sobre a linguagem, na qual nos inscrevemos, o político não está, portanto, restrito às relações de governança pública; ele “diz respeito às práticas sociais em geral, nas quais a linguagem é fundamental” (ELIAS DE OLIVEIRA, 2014, p. 44-45) e, por isso, é característico de todo dizer. Pensar o político na linguagem é, portanto, tomá-lo como base e fundamento das próprias relações sociais.

Elias de Oliveira (2018) discute o desenvolvimento dos estudos da argumentação na configuração particular que apresenta na Linguística no Brasil, afirmando que “compreendida em uma posição materialista, a argumentação nos permite observar as divisões de sentidos nas práticas sociais de linguagem e as relações dessas práticas com o funcionamento das

línguas” (ELIAS DE OLIVEIRA, 2018, p. 253). A autora aponta que a tomada de posição de uma semântica materialista permite observar a contradição entre a normatividade desigual e a afirmação de pertencimento dos excluídos no presente do acontecimento enunciativo “pelo recorte de memoráveis inscritos na latência de sentidos das formas linguísticas” (ELIAS DE OLIVEIRA, 2018, p. 248). Ancorada na Semântica do Acontecimento, tal como desenvolvida por Guimarães (2002), a autora destaca ainda que, em razão deste recorte do passado, o presente da enunciação projeta um futuro de interpretação - projeção esta que pode ser observada na diretividade argumentativa do dizer.

É neste jogo entre presente, passado e futuro que se configura a designação de uma palavra no acontecimento enunciativo. Para Guimarães (2002), a *designação* é entendida como a significação de um nome, enquanto uma relação linguística tomada na história. Segundo o semanticista, “(...) a linguagem significa o mundo de tal modo que *identifica* os seres em virtude de significá-los” (Guimarães, 2002, p. 10, grifo do autor). A operação de referência produz uma identificação do objeto de dizer no real das coisas e/ou das ideias, pela relação entre a palavra e as determinações que recebe no enunciado em que se inscreve, como parte de um texto.

Para as análises da argumentação no *corpus* acima mencionado, mobilizaremos também o conceito de *cena enunciativa*, tal como desenvolvido por Guimarães (2002), a fim de observar de que modo, ao dizer de um determinado lugar social, diferentes argumentos são mobilizados, levando, por conseguinte, a diferentes orientações argumentativas, isto é, a diferentes conclusões, o que produz divisões no real do qual se fala, apontando assim para o caráter político da argumentação. Segundo o semanticista, uma *cena enunciativa* “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” (GUIMARÃES, 2002, p. 23). Desse modo, a cena distribui os lugares de enunciação no acontecimento, configurando assim o agenciamento enunciativo das figuras da enunciação. As figuras da enunciação são o Locutor (L), o locutor-x (l-x) e os enunciadore (Es).

Para o semanticista, “as relações de argumentação são relações próprias da cena enunciativa. Fazem parte do que agencia o falante em locutor” (GUIMARÃES, 2013, p. 273). A cena enunciativa se constitui pelo agenciamento do falante em Locutor (L) que, ao instaurar

uma alocação com seu correlato necessário, o Alocutário (AL), assume a palavra. O Locutor (L) é aquele que é responsabilizado pelo dizer, aquele ao qual se atribui uma “assinatura” pelo dizer. Segundo Guimarães (2002, p.24), “para se estar no lugar de L é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar”, ou seja, é necessário estar predicado por um lugar social - e é somente a partir dele que o Locutor (L) pode dizer. A este lugar social do locutor Guimarães chama de *locutor-x*, “onde o locutor (com minúscula) sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa (presidente, governador, etc.)” (GUIMARÃES, 2002, p. 24).

Desse modo, para dizer, o Locutor (L) se divide entre L e l-x, o que configura um litígio interno à enunciação, que é próprio do agenciamento enunciativo. O Locutor (L) é, portanto, díspar a si, não havendo enunciação sem essa disparidade. Zoppi Fontana afirma ainda que é a partir do conceito de *agenciamento enunciativo* que se torna possível questionar a uma materialidade enunciativa: “de que lugares sociais é possível dizer o que aparece dito nos enunciados e do modo como aparece dito?” (ZOPPI FONTANA, 2015, p. 274).

Os enunciadores, por sua vez, são *lugares de dizer* que se apresentam como representações - independentes ou fora da história – “da inexistência dos lugares sociais de locutor” (GUIMARÃES, 2002, p. 26), colocando, no dizer do Locutor, outras vozes. Guimarães (2002) apresenta quatro tipos de enunciadores: 1) o *enunciador-individual*, que retira seu dizer da circunstancialidade e se apresenta como independente da história, produzindo assim um efeito de origem; 2) o *enunciador-genérico*, em que há simulação da origem de um dizer que é dito por um todos diluído, independente da história, ou seja, um enunciador que se mostra como “um indivíduo que escolhe falar tal como outros indivíduos” (GUIMARÃES, 2002, p. 25), apresentando-se assim como o apagamento do lugar social; 3) o *enunciador-coletivo*, que traz, em perspectiva, um dizer que é compartilhado por um grupo, caracterizando-se assim como o lugar de dizer em que a voz do grupo é uma única voz; e 4) o *enunciador-universal*, que se apresenta como quem diz algo verdadeiro diante dos fatos, ocupando um lugar de universalidade em que se fala sobre o mundo, um lugar do dizer que está acima da história.

Zoppi Fontana (2015) defende que a análise da cena enunciativa dá visibilidade às divisões constitutivas do sujeito no sentido dos enunciados, o que se mostra pela disparidade

constitutiva entre a figura do Locutor e do locutor-x, e pela relação de tais figuras enunciativas com os enunciadores. A autora aponta ainda:

O Locutor fala de *uma região do interdiscurso*, de uma memória de sentidos, na qual ocupa uma *posição sujeito* que o constitui no acontecimento enunciativo numa relação particular com o lugar social – *locutor-x* – do qual enuncia e com o espaço de enunciação no qual é constituído como *falante*. (ZOPPI FONTANA, 2015, p. 275-276)

Em uma compreensão materialista do funcionamento da linguagem e, especificamente, da argumentação, assumimos que o Locutor toma a palavra inscrito na memória do dizível e, uma vez que o acesso a essa tomada da palavra é desigual, o direcionamento produzido no dizer, segundo Elias de Oliveira (2019, p.195), “faz calar outros direcionamentos possíveis. Esse direcionamento se filia a uma posição-sujeito entre outras no interdiscurso”.

Esta tomada de posição teórica permite, portanto, por um lado, conceber o dizer “na confluência de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação)” (ORLANDI, 2012, p. 33). É desse jogo que se produzem os sentidos, isto é, a partir da historicidade da língua, do interdiscurso, sendo este, segundo Orlandi (2012), a base do dizível, o já-dito: “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (p. 33-34). Por outro lado, permite também romper com a concepção do *eu* como fonte, origem e instância organizadora do dizer, abrindo lugar para a concepção de que a enunciação projeta lugares de dizer, e que os efeitos de sentido são produzidos no movimento enunciativo entre as figuras da enunciação e as predicções da palavra, nas divisões políticas do dizer, e em sua inscrição na memória discursiva, no interdiscurso, nesse “espaço móvel de divisões, disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1983, p. 50).

2 “Feminina, mas não feminista”

A primeira materialidade enunciativa que analisaremos é parte da entrevista feita pela UOL Universa à senadora Soraya Thronicke. Nos recortes⁷ selecionados (1 e 2), configura-se uma cena enunciativa na qual o Locutor (L), enquanto responsável pelo dizer, assume a palavra a partir do lugar social (l-x) de presidente do PSL Mulher. É decisivo apontar aqui que a congressista representa um pensamento político que tem aceitação por parte significativa da sociedade brasileira, o que se verifica pelo aumento no número da bancada do PSL no Congresso Nacional nas eleições de 2018⁸.

O recorte (1), abaixo, é parte da resposta da presidente do PSL Mulher à seguinte pergunta do Universa: “A senhora gosta de dizer que terá “uma pauta feminina, não feminista”. O que isso quer dizer?”. Destacamos, de saída, que a palavra *mulher* não aparece no recorte (1). No entanto, entendemos que ela funciona na designação de *feminina* e *feminista*, bem como nas marcas de primeira pessoa do plural. Tais marcas apontam tanto para a líder do PSL Mulher, quanto para as participantes do grupo, que se apresentam como representantes das causas e dos interesses das mulheres na sociedade brasileira, de tal modo dirigindo a elas seu dizer. Vejamos:

(1) *Nossa* pauta é conservadora. *Trazemos* valores como **proteção à vida, somos contra o aborto, contra as drogas, a favor da moral, do patriotismo e da família. Feministas têm pauta pró-aborto e outras posições, diferentes das *nossas* (...) e feministas nunca elogiam ou agradecem a um homem. (...) *nossas* pautas são **feminist... Perdão! Femininas.** (grifos nossos)**

⁷ A noção de recorte com a qual operamos, no domínio dos estudos enunciativos, é definida por Guimarães (2011), inspirado pela noção da Análise de Discurso, e está relacionada com o acontecimento do dizer: “o *recorte* é um fragmento do acontecimento da enunciação” (p. 44). Esta definição de *recorte* reconfigura a noção discursiva que Guimarães mobiliza em *Texto e Argumentação* (GUIMARÃES, 1987), quando afirma que “o texto é a relação de um conjunto de recortes discursivos” (GUIMARÃES, 1987, p. 13), trazendo em seguida a noção de *recorte* apresentada por Orlandi (1984, p.14, apud GUIMARÃES, 1987, p. 13): “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva.”. Como partimos da relação primeira entre as formas linguísticas, tomamos a noção enunciativa de recorte tal como proposta pelo autor. A análise dos recortes que integram um texto encaminha para a interpretação desse texto, permitindo-nos, portanto, observar o movimento dos sentidos que nele se produzem.

⁸ Nas eleições de 2018, o PSL passou a representar a segunda maior bancada de deputados na Câmara, recebendo quase 11 milhões de votos a mais em comparação às eleições de 2014: <https://glo.bo/2y9gfG2>. Acesso em: 18 maio 2020.

O dizer do recorte (1) produz sentidos para as mulheres e para o seu lugar na sociedade brasileira, um lugar que significa como dividido por uma oposição entre *feministas* e *femininas*. No recorte (1), observamos a mobilização de um enunciador-coletivo que representa a voz do grupo PSL Mulher e se marca no dizer pela primeira pessoa do plural, tanto pelo pronome possessivo (nossa, nossas), quanto pela conjugação verbal. Entendemos que se trata de um “nós” que funciona tanto como inclusivo, quanto como excludente. Inclusivo porque esse lugar de dizer coletivo inclui as participantes do PSL Mulher e aquelas que estão alinhadas aos valores e projetos do grupo: o que poderíamos chamar de “mulheres femininas”. Excludente porque aponta para uma divisão na coletividade das mulheres da sociedade brasileira: as “mulheres feministas” e seus interesses não estão incluídos nas pautas do PSL Mulher.

O litígio nos sentidos construídos para a mulher funciona não só nas marcas gramaticais da primeira pessoa do plural, mas também na designação de *femininas* e *feministas*, que argumentam para diferentes modos de dizer da/sobre a mulher na sociedade brasileira. As ditas “mulheres femininas” são descritas como aquelas cujos valores são *conservadores: contra o aborto e contra as drogas; a favor da vida* (que não é a vida da mulher, em suas condições psicossociais, mas sim a manutenção da vida biológica do feto), da *moral, do patriotismo e da família*.

Valores como o conservadorismo, a tradição, o nacionalismo exacerbado e a devoção à pátria são característicos de regimes autoritários, e estiveram fortemente presentes nas experiências totalitárias do fascismo e do nazismo que o século XX testemunhou. Segundo Trindade (1981), nos anos 30 no Brasil, tais valores autoritários eram lema da AIB (Ação Integralista Brasileira) que, inspirada no fascismo italiano e liderada por Plínio Salgado, político conservador brasileiro, foi a primeira organização de massa do país, incluídos aí setores da classe trabalhadora e as classes médias. Desse modo, o retorno desses valores no dizer da locutora-presidente do PSL mostra que a tomada da palavra, na dispersão e na divisão do sujeito que fala, se dá a partir do interdiscurso, da memória discursiva, inscrevendo-se assim na filiação tanto dos sentidos produzidos pelo fascismo, quanto a uma posição-sujeito conservadora de direita.

No dizer da locutora-presidente do PSL Mulher, ser uma “mulher feminina” é também elogiar e agradecer aos homens, o que argumenta para um lugar de subserviência e adulação da mulher em relação ao homem. Ao mesmo tempo, tal argumento orienta o dizer produzindo sentidos também para as “mulheres feministas”: elas significam como grosseiras, como aquelas a quem falta polidez. Sua atuação social é, desse modo, depreciada no dizer da locutora-congressista, ao ser associada ao alegado fato de não dizerem “obrigada”.

Os sentidos de *feministas* se constroem no/pelo dizer como opostos aos sentidos de *femininas*. As “mulheres feministas” significam, portanto, como contrárias aos valores defendidos pelo PSL Mulher: a moral, a família, o patriotismo. A designação de *feministas* como *pró-aborto* confirma essa oposição, uma vez que orienta argumentativamente para a conclusão de que as mulheres feministas significam, no dizer da senadora, como contrárias à (manutenção da) vida (biológica do feto). Está posto, desse modo, um litígio entre o que é da ordem do *feminino* e o que é da ordem do *feminismo*: o dizer dirige para o sentido de que há uma divisão estanque entre essas duas ordens, que apresentam princípios e causas divergentes - apesar do intrigante lapso cometido pela senadora Soraya Thronicke, ao trocar a palavra *femininas* por *feministas*. Há assim um hiato entre o que se pretendia dizer e as palavras proferidas pela locutora, frustrando o ato⁹.

Passemos ao recorte (2), que é a resposta da locutora-presidente do PSL Mulher à seguinte pergunta: “Diga, por favor, três projetos que a senhora tem para esse cargo”. Vejamos sua resposta:

(2) Vou trabalhar em parceria com o Indigo (Instituto de Inovação e Governança, criado pelo PSL) para **capacitar mulheres para a política**. Essa é a prioridade. Vamos organizar palestras de **autoajuda** nos 27 estados brasileiros e **ensinar não só questões econômicas e políticas, mas também levantar a autoestima delas**. **Muitas não entram nesse meio porque acham que não conseguem**. Queremos **inspirá-las** com nossos casos: 90% das mulheres do PSL estão no primeiro mandato. Queremos ter 40% de participação feminina no partido e ultrapassar a obrigatoriedade legal, que é de 30%. **Haverá a luta na proteção da mulher, mas**

⁹ Segundo Zizek (2015, p. 74), “o inconsciente intervém quando alguma coisa ‘manca’ na ordem da causalidade que engloba nossas atividades cotidianas: *um ato falho introduz uma hiância na conexão entre a intenção-de-significar e as palavras, um lapso frustra meu ato...*” (grifos nossos).

essa é uma bandeira óbvia. Quero trazer coisas diferentes. Violência doméstica, feminicídio, são pautas de todo dia. (grifos nossos)

O dizer do recorte (2) mobiliza um enunciador-individual que se apresenta como a origem daquilo que é dito: é por meio dessa voz que a locutora-presidente do PSL Mulher fala como líder dos projetos e das ações do grupo, indicando assim seus objetivos e metas. Embora haja marcas de primeira pessoa do plural, entendemos que o *eu* se sobrepõe ao *nós*, pois são as propostas da senadora, ocupando um cargo de liderança no partido do governo, que estão em jogo.

É também pelo lugar de dizer individual que se constrói a designação de *mulher*. O dizer da locutora-presidente do PSL Mulher apresenta as prioridades do grupo, que atuará, em parceria com o Indigo (Instituto de Inovação e Governança), em um projeto de capacitação das mulheres para a política. Ao apontar os objetivos deste seu principal projeto, o dizer da locutora-presidente do PSL Mulher constrói sentidos para as mulheres: capacitá-las para a atuação política significa proporcionar *palestras de autoajuda* para elevar sua *autoestima e inspirá-las*. O dizer, a partir desse lugar individual, orienta argumentativamente para os sentidos de que a participação minoritária da mulher no Congresso Nacional é mera consequência de baixa autoestima e falta de inspiração e, desse modo, da ordem das responsabilidades individuais, o que produz um apagamento dos processos históricos que estabeleceram a desigualdade de gênero e a condição de opressão das mulheres pela sociedade patriarcal.

O dizer da locutora-presidente do PSL Mulher se produz a partir de uma região tal do interdiscurso que, ao atualizar uma memória, retoma o discurso meritocrático e inscreve-o no nível da formulação, da atualidade, do fio do dizer, de modo a apresentá-lo como argumento mesmo para a baixa representatividade das mulheres na política, isto é, nos cargos de governança pública. A designação de *mulher* filia-se, desse modo, ao discurso neoliberal que, ao significar a mulher enquanto sujeito universal, apaga as divisões constitutivas das/entre as mulheres na sociedade e suas diferentes pautas e demandas, produzindo assim um

imaginário de homogeneização, bem como silenciando as encruzilhadas interseccionais¹⁰: as mulheres negras, as mulheres indígenas, as mulheres da periferia, as mulheres transexuais, etc.

Nessa mesma direção, produz-se um apagamento da urgência e da atualidade¹¹ da luta contra o feminicídio, que é, no dizer da locutora-presidente do PSL Mulher, mitigada em sua importância pelo operador “mas”, que inverte a orientação argumentativa do dizer no seguinte enunciado: “Haverá a luta na proteção da mulher, *mas* essa é uma bandeira óbvia” (grifo nosso). A luta contra a violência de gênero, minorada no/pelo dizer, significa pois como uma *bandeira óbvia*, uma *pauta de todo dia*, o que se apresenta, enquanto efeito de sentido, como a afirmação de uma certeza inquestionável, como uma evidência. No lugar da luta contra o feminicídio, fica uma proposta de alegada inovação que é, contudo, indefinida: *quero trazer coisas diferentes*. Não há explicitação no dizer sobre o que seriam essas “coisas diferentes”; no entanto, sobre elas incide um efeito de evidência pela falta de especificidade: o efeito de que “todos sabem do que eu estou falando aqui” - como se a linguagem fosse transparente e os sentidos, inequívocos. As propostas do PSL Mulher ficam assim diluídas na vaguidade e na indefinição, minimizando e desvalorizando, por conseguinte, a pauta da luta contra a violência de gênero.

Há, desse modo, litígios na construção dos sentidos para a mulher e para suas lutas: a materialidade do dizer da locutora-presidente do PSL Mulher orienta argumentativamente para sentidos filiados a um discurso neoliberal e conservador de direita, que apontam para a necessidade de inovação e que significam o sucesso pessoal como responsabilidade e mérito do próprio sujeito, o que se sobrepõe à questão social da violência contra a mulher, tanto

¹⁰ Akotirene (2019) expõe as necropolíticas engendradas pelo poder público ao significar as mulheres como sujeitos universais, desconsiderando assim as encruzilhadas interseccionais, tais como raça, classe e gênero. Segundo a pesquisadora, é fundamental considerar a interseccionalidade para a análise das condições estruturais que atravessam os sujeitos: “A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial da qual saem.” (AKOTIRENE, 2019, p. 37-38).

¹¹ Segundo reportagem do G1 de abril de 2019, os casos de feminicídio aumentaram 76% no 1º trimestre de 2019 em São Paulo, o que aponta para a necessidade, dentre outras ações, de debate consistente na sociedade sobre a violência doméstica e seus efeitos deletérios. Fonte: <https://glo.bo/2PC1ShG>. Acesso em: 30 jul. 2019.

desconsiderando a análise das interseccionalidades de gênero, raça e classe, quanto silenciando os processos históricos que produziram as desigualdades de gênero na sociedade.

3 Outras possibilidades de sentido para *mulher*

Analisaremos agora o texto de apresentação da Rede NAMI¹² (recortes 3, 4, e 5) e do projeto *Graffiti pelo fim da violência contra a mulher* (recorte 6). Este último pode ser encontrado no site da ONG, na aba “Projetos”, especificamente na aba “Xô Machismo”¹³. Observaremos, nesta materialidade enunciativa, a designação de *mulher*, lançando luz para a diretividade argumentativa do dizer, isto é, para quais sentidos o dizer encaminha sobre a mulher na sociedade brasileira. Vejamos abaixo os recortes:

(3) A NAMI é uma **Rede de Mulheres** que Usa o Graffiti para Promover os **Nossos Direitos**.

(4) *Lutamos* pela **equidade de gênero** por uma sociedade **sem violência contra mulheres**.

(5) *Nossa* missão é multiplicar o **empoderamento de mulheres** sobre os seus direitos através das artes urbanas.

(6) O projeto GRAFFITI PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER consiste em uma **campanha educativa e de comunicação**, realizada tanto em ambiente real quanto virtual, com o intuito de **aprimorar a busca e o acesso das mulheres aos serviços de apoio às mulheres vítimas de violência**, promovendo e divulgando a Lei Maria da Penha, seus instrumentos e outros recursos disponíveis para o **enfrentamento à violência baseada em gênero**, além de **mobilizar mulheres e jovens para que sejam atrizes e atores diretos do enfrentamento à violência em suas comunidades**. O projeto iniciou em 2008 com o nome de GRAFITEIRAS PELA LEI MARIA DA PENHA e se estende até hoje.

Nos recortes acima, configura-se uma cena enunciativa na qual o Locutor (L), enquanto responsável pelo dizer, assume a palavra a partir do lugar social (l-x) de grafiteira militante, uma vez que se trata de um grupo formado por mulheres envolvidas com as artes urbanas, dentre elas, especificamente, o grafite para fins educativos e de mobilização social.

¹² Disponível em: <https://www.redenami.com/quem-somos>. Acesso em: 31 jul. 2019.

¹³ Disponível em: <https://www.redenami.com/xo-machismo>. Acesso em: 31 jul. 2019.

O dizer dessa locutora-grafiteira militante mobiliza um enunciador-coletivo, representando assim uma voz que é compartilhada por um grupo, especificamente aqui uma rede de mulheres grafiteiras. Este lugar de dizer coletivo, no qual a voz do grupo funciona como uma única voz, se mostra tanto nas marcas de primeira pessoa do plural (*lutamos, nossa missão e nossos direitos*), quanto no fato de o próprio nome do grupo e do projeto funcionarem como sujeito gramatical da oração, produzindo assim, como efeito de sentido, que é a Rede, enquanto coletivo, que fala e da qual se fala - o que podemos ver em (3) e (6).

É por esse lugar de dizer coletivo que, ao falar sobre a missão da Rede NAMI e sobre a proposta do projeto *Graffiti pelo fim da violência contra a mulher*, produzem-se sentidos para a mulher na sociedade brasileira. O dizer da locutora-grafiteira militante orienta argumentativamente para os sentidos de que as mulheres têm direitos inalienáveis e que o meio escolhido pelo grupo na luta para alcançar e promover tais direitos na sociedade é o grafite e as artes urbanas. Dentre os direitos apontados, estão a *equidade de gênero*, o *empoderamento de mulheres* e a proteção às suas vidas (o que concluímos a partir da afirmação de que se luta *por uma sociedade sem violência contra mulheres*).

A explicitação da missão da Rede NAMI, nos recortes (4) e (5), produz sentidos para *mulher* ao apontar para um dizer outro, deixando implícito que, se há uma luta pela equidade, é porque existe desigualdade social entre homens e mulheres; que, em uma sociedade em que existe desigualdade de gênero, as mulheres se tornam vítimas da violência; e que, se a missão é multiplicar o empoderamento feminino, é porque ainda há exclusão da mulher dos espaços de poder. Desse modo, o dizer da locutora-grafiteira militante orienta argumentativamente para os sentidos de que há uma distribuição desigual entre os gêneros dos lugares e dos direitos a dizer na sociedade.

Produz-se assim, como efeito de sentido do dizer, que a mulher ocupou historicamente - e ainda ocupa - um lugar de inferioridade enquanto sujeito na sociedade, porquanto vítima da violência e da opressão, o que funciona como argumento e justificativa para a luta da NAMI pela promoção dos direitos das mulheres, e, ao mesmo tempo e fundamentalmente, interroga os sentidos de *mulher* produzidos pela normatividade, bem como a legitimidade do dizer da autoridade do governo – que, como vimos acima (recorte 2),

apresenta a problemática da representatividade minoritária das mulheres na política como uma questão de baixa autoestima e, desse modo, como responsabilidade do sujeito.

É, destarte, a partir do lugar social de grafiteira militante do qual se enuncia, inscrito em uma posição-sujeito libertária democrática no interdiscurso, que se torna possível instaurar “demandas políticas por reconhecimento e práticas discursivas de resistência” (ZOPPI FONTANA, 2017, p. 4). Desse modo, a Rede NAMI, por apresentar iniciativas a fim de defender a causa político-social da desigualdade de gênero e da violência contra a mulher, se apresenta no/pelo dizer como um movimento de resistência que questiona o discurso da normatividade, incluído aí o próprio discurso de um grupo do governo, o PSL Mulher, propondo discussões e ações coletivas em prol da proteção da mulher e de sua liberdade: liberdade do corpo, liberdade de participação nos espaços de poder, liberdade de pertencimento igualitário na sociedade.

Tal como Modesto (2016), entendemos que a resistência se dá no trabalho de *falar sobre*: é na/pela linguagem que se produzem deslocamentos dos sentidos, que se abre espaço para a diferença, para o deslize, para o equívoco; não é, desse modo, produto da intenção do sujeito que, embora exista, não garante a efetivação da resistência. O gesto de resistência da NAMI, enquanto “possibilidade de deslocamento construído no próprio seio da dominação [ideológica] e que, por isso, não pode se dar alhures” (MODESTO, 2019, p.122), se mostra relevante e decisivo no momento atual, em que o governo defende abertamente posições conservadoras e autoritárias no que diz respeito às questões de gênero e da estrutura familiar¹⁴, do aborto¹⁵ e da desigualdade social entre homens e mulheres¹⁶, dentre outras.

¹⁴ Como exemplo de declaração do atual presidente, Jair Bolsonaro (PSL), trazemos aqui a nomeação pejorativa das teorias de gênero como *ideologia* e, além disso, como “coisa do capeta”. Para ele, as discussões sobre o tema representam um ataque ao “conceito tradicional de família”. Fonte: <https://bit.ly/2Zm1s2k>. Acesso em: 23 ago. 2019.

¹⁵ O presidente Bolsonaro aventou a possibilidade de vetar o projeto da legalização do aborto, caso fosse aprovado pelo Congresso Nacional. Fonte: <https://bit.ly/2T0Xhdj>. Acesso em: 23 ago. 2019.

¹⁶ Minorando a importância dessa questão, Jair Bolsonaro afirmou que bastaria “denunciar ao Ministério Público do Trabalho os casos de desigualdade de gênero para resolver o problema”. Fonte: <https://bit.ly/2HmxVzE>. Acesso em: 23 ago. 2019.

A apresentação da proposta do projeto *Graffiti pelo fim da violência contra a mulher* (recorte 6) orienta argumentativamente para os sentidos de que a violência baseada em gênero é um fato social e que, desse modo, a luta pelos direitos das mulheres e contra o feminicídio é necessária e atual. Por meio do lugar de dizer coletivo, a locutora-grafiteira militante apresenta as prioridades do coletivo NAMI e de seu projeto: enfrentar *a violência baseada em gênero*, por meio da educação e da comunicação sobre os *serviços de apoio às mulheres vítimas de violência*, em especial *divulgando a Lei Maria da Penha*. A proposta do projeto orienta o dizer para o sentidos de que a proteção à vida da mulher está em primeiro plano - e não a manutenção da vida biológica do feto, por exemplo, como vimos no dizer da locutora-presidente do PSL Mulher (recorte 1).

Ao apresentar que o intuito do projeto é divulgar e informar sobre a Lei Maria da Penha, sobre os serviços de apoio às mulheres vítimas da violência e sobre os modos de combate à violência de gênero, o dizer da locutora-grafiteira militante encaminha para o sentido de que não há qualquer obviedade, tampouco saturação a respeito do tema do feminicídio na sociedade¹⁷. Ao contrário, o dizer argumenta para a urgência da promoção de discussões e ações coletivas consistentes a respeito da desigualdade de gênero e da violência contra a mulher – o que está em oposição ao efeito de evidência produzido pelo dizer da locutora-presidente do PSL Mulher (recorte 2), tal como analisamos acima, que minora a importância do tema, significado como uma *bandeira óbvia*.

Destacamos aqui o funcionamento do operador argumentativo “além de”, em (6): ele introduz o argumento mais forte na descrição do projeto, que é o de “mobilizar mulheres e jovens para que sejam atrizes e atores diretos do enfrentamento à violência em suas comunidades”. Desse modo, o dizer da locutora-grafiteira militante encaminha para os sentidos de que a mulher deve ocupar um lugar de protagonismo social na luta por seus

¹⁷ É decisivo apontar aqui que, no layout da página de apresentação de Rede NAMI, há três enunciados em destaque, sobrepostos a imagens de muros grafitados. Dois deles, especificamente, vão em direção à nossa análise, na medida em que argumentam pela imprescindibilidade da discussão sobre a violência de gênero e da divulgação da Lei Maria da Penha; (i) uma por informar uma estatística sobre a agressão de mulheres no país, e (ii) a outra por indicar o pouco conhecimento da população brasileira a respeito da Lei Maria da Penha: (i) “No Brasil, 5 mulheres são espancadas a cada 2 minutos. (FPA/SESC, 2010)” e (ii) “94% dos brasileiros conhecem a Lei Maria da Penha, mas apenas 13% sabem seu conteúdo. (Instituto AVON/ IPSOS, 2011)”. Disponível em: <https://www.redenami.com/quem-somos>. Acesso em: 22 ago. 2019.

direitos e por seus espaços. Na apresentação do projeto *Graffiti pelo fim da violência contra a mulher*, a luta contra a violência de gênero não significa de modo universal e genérico; ao contrário, o dizer refuta uma visão universal da mulher e, desse modo, especifica e direciona para a questão da violência nas comunidades periféricas: é principalmente para elas e para as mulheres que delas fazem parte que o projeto volta o seu olhar, isto é, para as regiões e para os sujeitos marginalizados em sua relação com o Estado. O dizer da locutora-grafiteira militante argumenta em favor da luta pelo protagonismo da mulher da periferia e pela sua organização em coletivos: em outras palavras, produz-se, por um efeito de sentido do dizer, um chamado para o ativismo político das mulheres por meio das artes urbanas.

4 Considerações finais

Nossas análises, ancoradas em uma semântica enunciativa de filiação materialista, tiveram por objetivo dar visibilidade às divisões e ao embate entre os modos e direitos de dizer da e sobre a mulher, pensando, para tanto, as relações de sentido a partir da argumentação, entendida, neste trabalho, como uma questão de linguagem, como um modo de significação inscrito na língua. Assumimos que, ao falar, o sujeito argumenta e direciona o seu dizer para determinadas conclusões. Há, assim, uma orientação argumentativa no dizer que encaminha para (efeitos de) sentidos, que estão em incessante disputa e confronto - o que se produz em razão do lugar social do qual se toma a palavra, isto é, em razão das cisões constitutivas do sujeito nas divisões políticas do dizer e em sua inscrição no interdiscurso, na memória do dizível.

Nos recortes selecionados, observamos um litígio entre, de um lado, os sentidos sobre a mulher e sua luta político-social produzidos pelo dizer da normatividade, isto é, por um grupo do governo e formado por mulheres políticas eleitas para o Poder Legislativo, e, de outro, os sentidos propostos pelos movimentos sociais de resistência, neste caso específico, a Rede NAMI. A análise das diferentes materialidades enunciativas nos permitiu compreender que os sentidos dos enunciados são determinados por posições-sujeito a partir do funcionamento do interdiscurso. Por conseguinte, a tomada da palavra, nas divisões políticas do dizer e do sujeito que fala, inscreve-se em filiações de sentido em disputa pelos modos de dizer: nos recortes aqui analisados, há um confronto entre uma posição-sujeito neoliberal e

conservadora de direita e a outra libertária e democrática, que produzem um dissenso na designação de *mulher*.

O movimento dos sentidos no dizer da locutora-presidente do PSL Mulher, inscrita em uma posição-sujeito neoliberal e conservadora de direita significa a mulher de modo dividido: há *feministas* e há *femininas*. É com o último que se identifica a locutora: o dizer constrói a “mulher feminina” como aquela que valoriza a vida (de um outro), a moral, o patriotismo e a família; que elogia e é grata aos homens; e que precisa de inspiração para conquistar seu espaço. A luta política das mulheres é então reduzida a uma questão de autoajuda, de pró-atividade, de falta de inspiração, o que produz como orientação argumentativa o sentido de que a mulher é a única responsável pelo seu sucesso, individualmente, assim como pela sua representatividade social, pelo seu lugar de dizer, apagando os processos históricos de construção social desse lugar de inferioridade e desigualdade.

Já no dizer da locutora-grafiteira militante, inscrita em uma posição-sujeito libertária democrática, observamos o funcionamento da linguagem na construção de outros lugares sociais possíveis para as mulheres na sociedade: o lugar da mobilização política e do protagonismo social, sobretudo da mulher da periferia, organizada coletivamente. A Rede NAMI se apresenta como uma proposta de defesa de direitos e de liberdades democráticas, e por isso, como um movimento social de resistência, exatamente por movimentar sentidos e por questionar as afirmações produzidas pela normatividade, isto é, por questionar o dizer institucional - especificamente de um grupo associado ao governo eleito, o PSL Mulher, com valores alinhados ao neoliberalismo e ao conservadorismo -, deslocando, desse modo, sentidos que se apresentam como certezas inquestionáveis, como evidências. Produz-se, portanto, uma ruptura com os sentidos estabilizados socialmente, possibilitando a construção de um outro olhar da/para a mulher na sociedade.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ELIAS DE OLIVEIRA, S. Sobre o funcionamento do político na linguagem. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 34, p. 41-53, jan.-jun. 2014.

ELIAS DE OLIVEIRA, S. Argumentação, linguagem e conhecimento humano. *In*: SCHREIBER DA SILVA, S. M.; MACHADO, C. de P. (Org.). **Os sentidos da escravidão e outros temas**: análises em semântica do acontecimento. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p.241-255.

ELIAS DE OLIVEIRA, S. Lugar de fala: uma ideia como contra-discurso. *In*: VENTURINI, M.C. *et al.* (Org.). **Linguística na contemporaneidade**: interfaces, memórias e desafios. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 191-209.

GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**. Campinas: Pontes Editores, 1987.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes Editores, 2002.

GUIMARÃES, E. **Análise de texto**: procedimentos, análises, ensino. Campinas: RG, 2011.

GUIMARÃES, E. Argumentatividade e argumentação. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 9, n. 2, p. 271-283, 2013. Doi: <https://doi.org/10.5335/rdes.v9i2.3847>

MODESTO, R. Gritar, denunciar, resistir: “como mulher, como negra”. *In*: ADORNO, G. *et al.* (Org.). **O discurso nas fronteiras do social**: uma homenagem à Suzy Lagazzi. v. 2. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 111-134.

MODESTO, R. Uma outra cidade? A resistência possível e o efeito de resistência: uma proposta. **Forum Linguistic**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 1083-1093, 2016. Doi: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2016v13n1p1083>

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 1992.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes Editores, 1996.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica e afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988[1975].

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 1990[1983].

PÊCHEUX, M. O estranho espelho da análise do discurso. *In*: COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 21-26.

PÊCHEUX, M. (1983). Papel da memória. *In*: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Trad. e Introd. José Horta Nunes. 4a ed. Campinas: Pontes Editores, 2015, p.43-51.

TRINDADE, H. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. *In*: FAUSTO, B. (Org.). **O Brasil Republicano**: sociedade e política (1930-1964). Tomo III. Coleção História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: DIFEL, 1981, p.297-335.

ZIZEK, S. O amor impiedoso (ou: Sobre a crença). Trad. de Lucas Mello Carvalho Ribeiro. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ZOPPI FONTANA, M. G. Ponto de vista: o ponto cego das teorias a polifonia. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 249-283, 2015. Doi: <https://doi.org/10.22481/el.v13i1.1292>

ZOPPI FONTANA, M. G. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. *In*: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress** (Anais eletrônicos): Florianópolis, 2017.

Recebido em: 17.09.2019

Aprovado em: 20.05.2020